

PODER POLÍTICO E RELIGIÃO NO PERÍODO DA REFORMA

Fernando da Conceição Barradas *

Resumo

Do ponto de vista político, a Reforma protestante encontrou terreno preparado para a sua implementação. As cruzadas, a perseguição de indivíduos em nome de ortodoxia da fé, a submissão de movimentos religiosos reformistas, como os arianos e albigenses, os interesses contrariados de muitos príncipes e o seu desejo de apropriação das terras e riquezas eclesiásticas, tudo contribuía para o avanço da reforma.

Abstract

From the political point of view, the protestant Reformation found prepared land to its implementation. The Crusades, the persecution of individuals in the name of orthodoxy of faith, the obedience of reformist religious movements, like the Aryan and Albigens, the disappointed interestings of many princes and the wish of appropriation of the ecclesiastical lands and riches, everything conduced to the advancement of the Reformation.

Introdução

Circunstâncias políticas favoráveis permitiram

a Martinho Lutero desencadear com sucesso o movimento de Reforma. Em séculos anteriores, o papa teria organizado uma cruzada, com o apoio dos príncipes católicos, para esmagar movimentos reformistas. Foi assim com os arianos e albigenses. Desta feita, foram-se os dias das cruzadas. Os príncipes tinham receio de que, se apoiassem o imperador, estariam contribuindo para fortalecer a sua soberania, interessados, como o rei, nas terras e riquezas da igreja.

1. O Avanço da Reforma

Desde de 1517, quando Lutero denunciou os escândalos das indulgências, a 1526, ano em que foi organizada a primeira igreja protestante, os príncipes germânicos mudaram de lado e passaram, em sua maioria, a apoiar o movimento reformista. As propriedades eclesiásticas foram confiscadas em regiões germânicas e os mosteiros e conventos dissolvidos. Os príncipes praticaram um verdadeiro butim em cima das imensas riquezas da Igreja, amealhadas durante um milênio de medievalismo. Da Germânia se expandiu para a Escandinávia, atingiu a Suíça e ameaçou a Polónia. Parte da França, Países Baixos e Escócia foram também atingidos. Na Suíça, Calvino criou, em Genebra, uma República, em moldes fundamentalistas, que governava e punia os pecados

* Docente da UNIPAR

dos homens, desprezando os direitos civis dos cidadãos. Mas a maior surpresa viria da Inglaterra, com Henrique VIII (rei de 1509 à 1547). Quando eclodiu a Reforma, ele resistiu ao luteranismo, publicou “A Defesa dos Sete Sacramentos”, o que lhe valeu o título de “Defensor da Fé”, atribuído pelo papa Leão X. A desavença provocada pela célebre anulação do casamento do monarca foi, por certo, um modo arquitetado de provocar o cisma. Na Inglaterra o cisma representou o enriquecimento patrimonial da coroa. As imensas riquezas da Igreja passaram, integralmente, a pertencer ao patrimônio régio. Apesar de alguns recuos no processo de institucionalização do anglicanismo, durante os reinados de Eduardo VI (1547 – 1553), de sua irmã Maria (1553-1558), católica convicta, por fim, no reinado de Isabel (1558 – 1603) – a filha mais velha de Henrique VIII – a religião do rei foi organizada em moldes mais ou menos luteranos. Os que desafiassem a religião do imperador estariam sujeitos até a pena de morte.

Dessa avalanche que destruiu a unidade da fé romana na Europa, permaneceram católicos o Sul da Alemanha, Portugal, Espanha, Irlanda e Polônia. Adriano VI (Sucessor de Leão X), em meio à crise, revogou todas as concessões que, desde 1492, foram dadas aos príncipes para fazer nomeações para pequenos cargos eclesiásticos. Os príncipes não gostaram. Adriano VI morreu logo, em 1523, pontificou por pouco mais de um ano. O papa sucessor, Clemente VII (Juliano de Médici), primo de Leão X, nada fez para evitar um desastre maior. Politicamente, o papa oscilava entre a França e os Habsburgos. Em 1527, Roma acabou saqueada por um exército teuto – espanhol, que possuía até luteranos em suas fileiras. Carlos V dos Habsburgos, durante anos não teve qualquer relação diplomática com Clemente VII, embora sustentasse lutas terríveis contra os príncipes germânicos luteranos, que procuravam se apropriar dos bens da Igreja. As relações só foram realizadas por iniciativa do imperador que exigia a realização de uma Dieta (1529), a de Spira, no final fracassada, de obter submissão dos príncipes germânicos aos princípios de fé, decididos no Concílio. O que Roma

não conseguia perceber ainda, era que o protestantismo não era apenas mera questão de pontos de vista teológicos divergentes; mas, interesses econômicos e políticos já firmados e organizados entre as partes interessadas.

A dificuldade para realizar o Concílio de Trento por causa dos interesses políticos divergentes.

Paulo III (1534 – 1549), no intuito de salvar o que restava do catolicismo em terras germânicas, empenhou-se a fundo na realização de um concílio que reuniria o imperador e os luteranos. Em 1537 e 1538 não se realizou apesar de convocado. O poder político envolvido naquele momento, no caso os príncipes germânicos, os príncipes franceses que estavam em luta contra o imperador, o próprio imperador Carlos V que chegou a entabular acordo com os príncipes protestantes, mostraram-se relutantes. Paulo III não resistiu e em 1545, finalmente, aconteceu o concílio, em Trento.

Todo o corpo das doutrinas católicas foi discutido à luz das críticas dos protestantes. Batismo, Crisma, os sacramentos em geral, o uso da Bíblia, sistema de coletas, indulgências, abuso do clero, passaram pelo crivo de comissões de teólogos peritos que, após sessões secretas, divulgaram as decisões publicamente. A Igreja necessitava de apoio político, numa época em que tinha um poder declinante, embora culturalmente ainda fosse essencial à sustentação do poder laico. O concílio tinha objetivo utópico, uma conciliação que permitisse a católicos e protestantes serem membros da mesma Igreja. Era esta também a expectativa do imperador Carlos V, às voltas com guerras terríveis contra os príncipes germânicos. O clima de desconfiança imperou entre as partes envolvidas: Igreja, príncipes protestantes e o imperador. Discussões conciliares de princípios de fé constituíam uma grande confusão político-religiosa. Enquanto a Igreja vivia a sua maior crise e acreditava nas forças políticas como meio de salvar a unidade religiosa, o poder político vivia de grandes rivalidades com a formação dos estados europeus em curso. Faltou à Igreja, uma visão histórica de momento para perceber que o afastamento e autonomia do poder

político seria o melhor caminho a seguir, em busca da renovação, autonomia, reorganização e confirmação de seus princípios. Faltou à Igreja, perceber que o espaço deveria ser comum, ecumênico, na convivência com os protestantes e sem coabitação com o imperador.

Durante o período conciliar as guerras entre reis e príncipes se intensificaram.

Difícil para os católicos da atualidade entender como a realização de um concílio religioso dependia do acordo da Igreja com os príncipes e reis da Europa. Convocações conciliares boicotadas e sabotadas foram causas de guerras européias. Do concílio não emergiam apenas discussões de ortodoxia, mas outras, que afetavam a estabilidade política do continente.

No decorrer do Concílio de Trento, os acontecimentos no cenário político continuaram dinâmicos. Carlos V, em 1547, conseguiu derrotar os protestantes em Muhlberg e o seu arquiinimigo Francisco I, da França, morreu três semanas antes. Carlos V dos Habsburgo passou a ser o principal rei da Europa. Pressiona o papa que suspende o concílio em 1548. Em 1549 morreu Paulo III, grande papa, reconhecido por sua autoridade moral e pontifical. No seu pontificado, surgiu a Companhia de Jesus, feito mais importante desse período da Reforma. Carlos V almejava dirigir a Igreja, ainda mais que agora era o senhor da Europa – rei da Espanha, Bélgica e Holanda, senhor da Alemanha e governante de Nápoles e do Sul da Itália. Em 1550, Júlio III (João Maria del Monte), que anteriormente presidiu o Concílio de Trento, foi eleito Papa.

O novo Papa empenhou-se fundo para reativar o Concílio, interrompido durante três anos. Como presidente do Concílio antes de ser eleito Papa, teve divergências tanto com Carlos V quanto com o rei da França. Pela experiência anterior de ex-presidente, avançou através de reuniões diárias, as matérias em pauta. O recrudescimento das guerras de Carlos V contra os príncipes germânicos e as guerras dentro da Itália pela disputa de Parma, interromperam as reuniões conciliares. Em 1555 morreu Júlio III. O cardeal Marcelo Cervini, escolhido

sucessor, morreu depois de um mês. Paulo IV, já velho, acabou sendo o sucessor, ocupando o trono de São Pedro de 1555 a 1559.

2. Austeridade rejeitada pelos Príncipes.

Paulo IV procurou moralizar a Igreja, especialmente a Roma papal, além de exigir do próprio povo uma vida decente. Foi um papa moralista. Politicamente se incomodou demais com a influência dos princípios católicos na vida da Igreja. A sua austeridade irritou profundamente os meios católicos. Preocupado com as heresias, reorganizou a Inquisição que ele próprio presidiu, quando era então apenas o cardeal Carafa. Foi rigoroso na nomeação de bispos; num só dia, rejeitou cinquenta e oito nomes. Chegou a condenar à prisão perpétua o bispo polígamo, além do castigo de passar três meses do ano a pão e água. Suprimiu as taxas que a Igreja cobrava, para evitar influências políticas e, com isso, debilitou o erário da instituição. Foi intolerante até com o rei mais poderoso da Europa, Felipe II, dos Habsburgos, rei da Espanha. Vetou todos os nomes de bispos indicados por ele para compor o Sacro Colégio. Por causa de tantas divergências e autoritarismo, morreu (1559), sem conseguir reunir o Concílio.

3. Pio IV – O Conciliador

Pio IV, sucessor de Paulo IV, foi prudente, conciliador e em pouco tempo se aproximou dos príncipes católicos e conseguiu reabrir o concílio em janeiro de 1562. Desse período saiu a legislação sobre a Reforma que iria nortear a vida católica nos três séculos seguintes. Morreu em 1565, legando toda legislação conciliar e um perfeito entendimento pacífico com os príncipes. Pio V (1566–1572), que acabou canonizado, fez valer os princípios emanados do concílio e, com isso, institucionalizou as regras reformistas.

4. Acordos e desentendimentos com os Príncipes

Desde Pio V e, após ele, com os sucessores Gregório XIII (1572–1585) e Sixto V (1585–1590), todos procuraram fazer acordo com os príncipes católicos para combater as heresias e os protestantes. Não foi uma boa estratégia, pois tal posição gerou conflitos violentos. Com dinheiro e armas, esses papas estimularam guerras européias, especialmente de franceses e alemães contra a rainha anglicana da Inglaterra, Isabel I, dos Tudor.

O Concílio de Trento, embora cogitasse, não ousou elaborar uma doutrina de moralidade para os príncipes católicos governantes. Se tivesse insistido nesse ponto, certamente os conflitos e os cismas teriam sido muito maiores. Seria uma guerra declarada aos governantes, com conseqüências imprevisíveis. Viviam-se uma época de absolutismo e os governantes católicos que eram maioria no Sul da Europa, ter-se-iam insurgido contra o poder religioso. A não interferência garantiu que toda a região do mediterrâneo europeu fosse salvo para o catolicismo. A conseqüência negativa para a Igreja de não interferir na moralidade pública, foi o ressurgimento, com grande força, do nepotismo proveniente das famílias nobres católicas, que passaram a ocupar altas posições nos conselhos dos papas. Os papas do século XVII, como Paulo V, Urbano VIII, Inocêncio X e Alexandre VII, também praticaram o nepotismo em larga escala, com os seus parentes ocupando posições destacadas em Roma.

5. Os Habsburgos – Carlos V (e sucessores) e Felipe II

Tratar das relações Igreja – poder político, no período da reforma luterana, sem mencionar a todo momento os reis católicos da família Habsburgo não tem sentido. No século XVI, a Igreja foi um satélite dos Habsburgo e deles dependia a sua estabilidade. Carlos V (rei de 1516 a 1555) e Felipe II (rei de

1556 a 1598), seu filho, dominaram territorialmente grande parte do velho continente e foram os grandes nomes da política européia do século XVI.

6. Carlos V (1º metade do século XVI)

Imperador do Sacro Império Romano Germânico, que abrangia a Germânia, Áustria, Hungria, além da Espanha que dominava os Países Baixos, foi quem sustentou as primeiras lutas contra os príncipes germânicos, reformistas luteranos. Contemporâneo do imperador francês Francisco I, disputou com ele a hegemonia sobre a Germânia e regiões da Alemanha, derrotando-o. Além de sustentar duras lutas contra os príncipes germânicos adeptos de Lutero, Carlos V ainda teve que deter a expansão otomana na Hungria. Em 1555, cansado de tantas guerras que não chegavam ao fim, especialmente contra os príncipes germânicos adversários, abdica. Deixa o trono da Espanha para Felipe II, seu filho, além dos Países Baixos, do Franco Condado, a Itália e a América. Para seu irmão Fernando I, deixa a parte oriental de seus domínios (Áustria, Alemanha e Checoslováquia), legando-lhe o título de imperador do Sacro Império Romano Germânico.

7. Felipe II (2ª metade do século XVI)

Felipe II, rei da Espanha de 1527 a 1598, filho de Carlos V, foi católico intransigente, perseguiu os protestantes reformistas e transformou a Espanha na sede da contra-reforma. Fez dos decretos da reforma de Trento, leis em seu país. Tanto quanto o papa, procurava controlar a disciplina eclesiástica. Tendo sido um imperador absolutista e muito católico, julgava-se no direito de nomear todos os bispos, além de utilizar os tribunais da inquisição com propósitos políticos para eliminar seus inimigos. Até em questões de ortodoxia interferia na esfera eclesiástica. Com papas relativamente conciliadores como Pio IV, Pio

V e Gregório XIII, conseguiu conviver; mas com Sixto V, que sempre defendeu a autonomia da Igreja, criou atritos e quase foi excomungado pela Santa Sé. Após a morte de Sixto V em 1590, interferiu nos conclaves da Igreja, vetando a nomeação de cardeais, até conseguir eleger Gregório XIV, seu predileto, em 1590, mas que morreu logo depois de eleito. Para azar de Felipe II, o novo papa eleito foi Clemente VII (1592 – 1605), que defendia a autonomia da Igreja, tal como Sixto V.

8. Os Sucessores de Carlos V na Alemanha e as Relações com a Igreja

As regiões da Alemanha sempre ficaram divididas no terreno religioso, mesmo porque Fernando I era católico. Especialmente as regiões agrárias do Sul da Alemanha sempre foram mais católicas. Seu filho e sucessor Maximiliano II (1554–1576) foi protestante e seu filho Rodolfo II, que teve um longo reinado (1576–1612), foi um imperador fraco. O protestantismo se expandiu em regiões germânicas, favorecido pelas ideologias dos imperadores pós-maximiliano. Matias, que veio a seguir, imperador fraco, foi sucedido por seu primo Fernando II, da Baviera, católico e defensor da Contra-Reforma. Fernando foi um desafio para os protestantes que, nos últimos cinquenta anos, tiveram imperadores do mesmo credo. Contrários a Fernando II, indicaram o eleitor palatino Frederico, calvinista, cuja esposa era filha de Jaime I da Inglaterra. Essas rivalidades políticas levaram à “Guerra dos Trinta Anos” (1618–1648), que devastou regiões inteiras da Europa germânica, especialmente da Prússia. Ao final da guerra, invocou-se através do Tratado de Westfália (1648) a regra do Tratado de Augsburg de 1555, pelo qual, em matéria de religião, os súditos deveriam seguir a mesma que seu príncipe governante. Ocorre que as regiões germânicas do Sacro – Império tinham um rei eleito, mas que, de fato, não tinha autoridade política, numa região pulverizada desde a

Idade Média em trezentos e quarenta e três principados. O papa Inocêncio X contestou o tratado de Westfália, o qual, além do mais, confirmava a expropriação das terras eclesiásticas a favor dos príncipes.

Conclusão

O Tratado de Westfália de 1648 marca o fim da presença do papado na vida pública da Europa. No entanto, foi difícil efetuar a ruptura, mesmo porque reis e príncipes acreditavam que, com o apoio religioso, teriam mais sustentação. De Westfália à Revolução Francesa, o poder da Igreja foi cada vez mais declinante. O absolutismo floresceu e a Igreja passou a ser mera guia moral; cresceu o sentimento anti-católico. As doutrinas clássicas do catolicismo – Encarnação, Redenção, os Sacramentos, a primazia do papado, nunca foram negados, como são razoavelmente aceitos até os dias atuais.

O deísmo no século XVIII e a Maçonaria se expandiram, ganhando regiões tradicionalmente católicas na Espanha, França e Itália. Em regiões européias católicas, novamente a interferência real nas nomeações eclesiásticas passou a ser muito forte. A supressão da Companhia de Jesus em 1773, que detinha os melhores quadros do pessoal da Igreja, foi o maior emblema da decadência. Sofreria outros duros golpes com as revoluções liberais a partir de 1789, que, no entanto, a libertou dos monarcas absolutistas. O período pós-revolução foi de profunda reestruturação da Igreja, pois o estado moderno vai criar as novas instituições de uma sociedade que não mais pretendia ser pia.

Bibliografia

01. BLOCH, March. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
02. CROSSAN, John Dominic. **O Jesus Histórico**.

Rio de Janeiro: Imago, 1976.

03. ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões**. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1986.
04. FUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. Campinas: Papirus, 1988.
05. GALBRAIGH, J. Kenneth. **Anatomia do Poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.
06. HIBBERT, Christopher. **Ascensão e Queda da Casa dos Médici**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
07. LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
8. MOSCA, G. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
09. VEGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Dominus Editora, 1962.